

França e Estados Unidos, parceiros do rio Atlântico

Daniel Afonso da Silva¹

O peso dos Estados Unidos da América na atração de atenção e interesses internacionais favoráveis e contrários aos seus ficou evidente desde o apagar da noite escura das guerras mundiais totais. De 1914-1918 a 1939-1945, o poder americano se impôs de modo formidável e incontestável em todas as entranhas do meio internacional forjando práticas e mecanismos de resistência em todas as partes. Nenhum continente, lugar ou região ficou desprovido de sua influência e imune à necessidade de formulação de estruturas de rechaço. As tópicas do destino manifesto envoltas na convicção da predestinação americana de dominador de povos viraram realidade, para o bem e seu contrário, no imaginário coletivo planetário. A grande nação predita pelos *Founders* ganhou compleição incontestada ao longo dos séculos e os rastros de destruição deixados pelas eras de impérios e catástrofes dos séculos 19 e 20 apenas fizeram afirmar. Mesmo com traumas tipo Pear Harbor e momentos de aflição estilo a guerra do Vietnã, o lema americano continua sendo preservar a união do povo e da nação. Como diria o presidente Barack Obama em seu discurso de reeleição em novembro de 2012: “*we rise and fall together, as a family, as one people*”.

Sob qualquer aspecto, essa proeminência americana, vale redizer, não figura pacífica e sem contestação no convívio com os demais membros do consenso de nações. No cômputo da interação difícil e do envolvimento controverso, a França corresponde ao parceiro cujo relacionamento apresenta os maiores níveis de concomitante densidade e complexidade, afeição e negação. A densidade da parceria entre eles advém de momentos imemoriais. Mas o apoio do rei francês Louis 16 aos movimentos de independência dos Estados Unidos simbolizou o início dos novos tempos entre os aspirantes a novas nações. Do século 18 ao fim da segunda guerra mundial, a aliança atlântica ganhou em estatura e em verdade. Os feitos da Normandia, do dia D, marcaram a vida de toda a Europa. Em particular a da França. Foi a consumação da libertação, a superação da humilhação da capitulação do marechal Pétain e o ambiente que possibilitou ao general De Gaulle marchar pelas ruas de Paris aos auspícios da *France libre*. Como o nobre general não cansava de repetir: “*je n’aime pas la France. J’aime la France libre*”.

Mesmo ausente do *portrait* dos vencedores do conflito representados pelo presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), o primeiro-ministro Wilston Churchill (1940-1945) e pelo líder Joseph Stalin (1922-1953), a França sempre ensaiou a demonstração de sua pujança e excepcionalidade. Aos moldes do destino manifesto americano, entre os franceses se fala ato contínuo na *France éternelle, la patrie de toujours*. Para preservá-la, o povo francês reivindicou o regresso do general De Gaulle – o homem do apelo do *18 juin* de 1940 que sempre afirmou ter *une certaine idée de la France* – à cena pública e política em 1958. Disso emergiu o embrião do surgimento da Vª República e de uma nova dimensão da relação entre a França e os Estados Unidos.

Resenha recebida em 03/10/2015 e aprovada em 09/10/2015.

Ao passo que o embate nuclear dos americanos guardiões do mundo livre era com o bloco soviético, o interesse francês fora o de sempre procurar recuperar seu prestígio comprometido pelos tempos sombrios do passado recente. Por ser assim, a estratégia do general De Gaulle foi afirmar a França como uma terceira força, *une troisième voix*, no mundo da tensão Leste-Oeste e, com isso, atrair os países párias ou aspirantes a párias no conserto das nações. Esse empenho continuou valendo mesmo após a defenestração do general da vida pública em 1969. Mas ganhou imenso relevo com a refutação dos Estados Unidos do presidente Richard Nixon (1969-1974) aos acordos de Bretton Woods em 1971. Entretanto, de toda maneira, foi a partir de 1981, com os presidentes François Mitterrand (1981-1995) e Ronald Reagan (1981-1988) que a densidade e a complexidade do envolvimento desses dois países adentrou em verdadeira rota de aceleração. Como sempre desejosos de um maior lugar ao sol, a interação entre França e Estados Unidos foi ficando cada vez mais intensa ao passo que desaparecia *à tout jamais* os laivos da *cold war* e do mundo soviético. A história da intensidade do envolvimento entre esses dois países a partir de 1981 vindo até os dias atuais é o objeto do notável *Les dossiers de la CIA sur la France – 1981-2010* de Vincent Nouzille.

Prolífero escritor e fino observador do meio político internacional, Vincent Nouzille, jornalista independente com passagens pelos importantes e influentes periódicos *L'Express* e *L'Expansion*, vem desde muito brindando o público francês com diversas reportagens a propósito da relação franco-americana. Mas seu *Des secrets si bien gardés. Les dossiers de la Maison-Blanche et de la CIA sur la France et ses présidents – 1958-1981* (Fayard, 2009) abriu sua série de análises dos documentos da agência de inteligência americana referentes à França o que consolidaria e ampliaria a respeitabilidade de suas apreciações sobre História. Com substantivas modificações, *Des secrets si bien gardés. Les dossiers de la Maison-Blanche et de la CIA sur la France et ses présidents – 1958-1981* virou *Les dossiers de la CIA sur la France – 1958-1981* (Pluriel, 2010) cujo foco recai sobre a influência do general De Gaulle na determinação da relação franco-americana e na impressão americana sobre essa influência. Esse livro vai evidenciado que os presidentes franceses Georges Pompidou (1969-1974) e Valéry Giscard d'Estaing (1974-1981) trilharam senda aberta pelo general De Gaulle no trato com os americanos. Entretanto, também fica demonstrado que os dossiês internacionais a operar no bojo da parceria franco-americana, muita vez, impuseram afastamentos importantes dos ditames da *troisième voix*. Diante disso, o pragmatismo do presente passou frequentemente a sufocar a gravidade do passado. Em muitos momentos, a *France éternelle* teve que se render ao *American way*. Mesmo assim, as linhas vermelhas de cada país foram respeitadas e a interação entre seus presidentes contou muitíssimo em horas de imensa precisão como, para ficar apenas num exemplo, na gestão das crises do petróleo dos anos setentas e na criação do grupo de contato G7 em 1975.

Para todos os indícios, a chegada de François Mitterrand ao poder em 1981 representou um marco nessa relação franco-americana. Pela primeira vez depois de 1936, um socialista ascendia à presidência da França e, no plano restrito, era o primeiro presidente da Vª República absolutamente alheio ao clã político e ideológico do general De Gaulle. Estavam, assim, estabelecidos os principais fatores de preocupação dos homens de Washington. Dessa preocupação emana o ponto de partida *Les dossiers de la CIA sur la France – 1981-2010*, que continua *Les dossiers de la CIA sur la France – 1958-1981* e, um junto ao outro, reconstitui com maestria os pontos cardeais da história política e diplomática francesa contemporânea.

A principal suspeita americana, revela Nouzelle, advinha da suspeita de vinculação ideológica e voluntária entre o presidente François Mitterrand e o eixo soviético de Leonid Brejnev (1964-1982). Por esses tempos, era intensa a relação diplomática entre a França e a URSS assim como com a China de após Mao Tse-tung (1949-1976). Era, portanto, legítima a inquietação dos assessores do presidente Reagan que, para se precaver, despachou seu vice, George Bush, para Paris.

O encontro no palácio do Élysée, ainda em 1981, fora amistoso, mas não totalmente convincente aos homens da América. O presidente Mitterrand compusera seu governo com gente vinda diretamente do partido comunista – conquanto sendo o partido comunista francês, mas, para todos os efeitos, era comunista. Nenhuma conversa mantida pelo vice-presidente George Bush com os homens do presidente Mitterrand, mesmo que sempre acompanhada dos melhores tintos franceses, conseguiu desfazer a suspeição. Essa situação seria superada somente com o artefato chamado Farewell.

Foi na primeira participação oficial do presidente Mitterrand nas festividades nacionais francesas do 14 de julho, o *14 julliet* da tomada da Bastilha, que veio ao seu conhecimento o assunto Farewell. Farewell era um membro da KGB, desiludido com o regime fundado por Lênin, desenvolvido por Stalin e aperfeiçoado por Krushev e seus seguidores, disposto a cooperar com o Ocidente. Seu rico conjunto de informações seria de muita serventia para reequilibrar o convívio franco-americano. Ao fundo a partilha dessas informações foi a demonstração da inquebrantável reciprocidade da aliança franco-americana.

Na primeira visita do presidente Mitterrand à White House em março de 1982, os achados de Farewell foram apresentados oficialmente ao presidente Reagan. O gesto serviu de ponto de partida da maior aproximação dos dois países no combate final conjunto contra os resquícios do socialismo real. E assim, próximos, foram Mitterrand e Reagan, aos pés do muro, durante todo o decênio dos oitentas.

A modificação do mando nos Estados Unidos com a eleição do presidente George Bush (1989-1993) em 1988 não alterou em nada os princípios da relação. O presidente Mitterrand fora reeleito também naquele ano. Tudo ficara praticamente como outrora. Tanto que a intensa parceria franco-americana na guerra do Golfo foi a maior demonstração disso. Mas após a dissolução do bloco soviético, os esforços políticos e diplomáticos franceses majoritários foram todos alocados na afirmação da construção europeia. A tônica dos últimos anos da presidência de François Mitterrand fora fazer concluir os acordos de Maastricht em 1992. A assim se fizera.

Adiante no processo, poderia exercer algum mal-estar, mas isso não ocorreu quando da eleição do presidente Bill Clinton (1993-2001) nos Estados Unidos em 1992 e do presidente Jacques Chirac (1995-2007) na França em 1995. No caso do primeiro, olhando desde Washington, a França dava adeus à era Mitterrand. O fator decisivo era, portanto, aguardar o vencedor das futuras eleições. No caso do segundo, que superou os demais no sufrágio universal francês de 1995, sua relação com os Estados Unidos não poderia ser das melhores. Profundo conhecedor da realidade americana, Jacques Chirac – que vivera nos Estados Unidos em sua adolescência –, como político experiente e atuante na vida pública francesa desde os tempos do general De Gaulle, conhecia muitos dos principais líderes políticos americanos coevos pessoalmente. Nesse sentido, Clinton e Chirac poderiam

representar o melhor momento do envolvimento franco-americano do após segunda guerra mundial.

Mas essas condicionantes não inibiram atritos.

A ilusão americana de superpotência isolada começou a ruir nas crises humanitárias mundo afora ao longo dos anos noventas. A irresponsabilidade internacional no dossiê Rwanda esteve prestes a se repetir no caso dos Bálcãs. A hesitação francesa não disfarçou certa indiferença americana.

Findos o conflito Leste-Oeste e consolidada a União Europeia, na impressão dos americanos chegara a hora dos europeus demonstrarem a vigor de sua autonomia. Isso não ocorreu e a indefinição no caso dos Bálcãs serviu de ilustração. Por essa razão, os Estados Unidos se sentiram no direito de intervir. Desse contexto ressurgiu a expressão americana cabotina de “*indispensable nation*” para si própria. A expressão nada alegrou ao mundo, menos ainda a França, líder diplomática da Europa.

A controvertida eleição do presidente George Bush (2001-2008) em 2000 poderia dar sopros para a alteração do *malaise*. Com essa intenção, o presidente francês, Jacques Chirac, se rendeu aos Estados Unidos para cumprimentar o novo colega, filho de seu amigo antigo. O contato dos dois, Chirac e Bush Jr., marcava o encontro de dois homens, duas gerações e dois mundos. Frente aos seus próximos setenta anos, o presidente Chirac professorava diante do recém-eleito presidente americano quinze anos mais moço. A partir de sua densidade cultural e intelectual – típica aos franceses, mas pernóstica aos estrangeiros – constrangia seu homólogo que, em sua condição, sempre se definiu mais como homem prático e de ação que como intelectual ou dado às coisas do espírito.

Ninguém que chega à presidência dos Estados Unidos – tenha a idade que tenha; a cultura que tenha; a origem que tenha; o saber que tenha – jamais aceitaria receber lição de quem quer que fosse, muito menos do presidente da França. Não foi diferente com o presidente George Bush. Sendo assim, o mal-estar deixado pela era Clinton tinha ares de se preservar. Mas não demorou, ocorreu o 9/11.

Os atentados do dia 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos ficaram conhecidos como o 9/11 e promoveram a solidariedade absoluta dos aliados do mundo livre. “*Nous sommes tous Américains*”, foi a maneira francesa de demonstrar sua comoção. Esse sentimento foi convertido na importante viagem do presidente Jacques Chirac a Nova Iorque na semana seguinte ao ocorrido. Foi, assim, o presidente francês o primeiro chefe de estado estrangeiro a visitar o palco dos estragos cometidos pelos homens de Osama Bin Laden. Isso teve impacto direto no avivamento da bonomia da relação franco-americana. A ida americana ao Afeganistão ganhou total apoio da França. Entretanto, a investida no Iraque, não. E esse não virou o “não” francês oficial proferido pelo chanceler Dominique de Villepin na reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 14 de fevereiro de 2003. Essa negativa francesa impulsionaria os Estados Unidos a descumprir todos os acordos internacionais e avançar impiedosamente sobre o Iraque para buscar a cabeça de Saddam Hussein. O lado mais traumático foi o banimento da França do rol de países amigos. Como bem dissera e cumprira o presidente Bush, os contrários aos interesses americanos seriam tratados como inimigos.

O choque desse quase rompimento teria algum respiro com quando o presidente Nicolas Sarkozy chegou ao poder na França. Disposto a abdicar do estilo francês terrunho e auto-centrado, o sucessor do presidente Chirac conseguiu alguns momentos de glória no meio americano. O momento da gestão da crise financeira mundial de 2008 foi um deles. A liderança do processo que conduziu ao fim da era do coronel Muamar Kadaffi na Líbia, outro. Mas isso não desfez a frieza e a suspeição estrutural do presidente Barack Obama e de todo o *establishment* americano com relação à França e ao velho mundo.

Esse conjunto de revelações adicionadas de muitas outras corresponde ao conteúdo dos 20 capítulos dispostos nas mais de oitocentas páginas desse fabuloso *Les dossiers de la CIA sur la France – 1981-2010* de Vincent Nouzille. Muitas das informações, vale reconhecer, representam espécie de saber sabido ou suspeito. Mas fica impossível não afirmar que as pesquisas do autor em acervos de arquivos públicos e privados, secretos e ultrassecretos, dos dois lados do Atlântico permitiram avançar sobre muitos aspectos obscuros dessa história.

“*Faire l’histoire*”, dizia François Furet, “*c’est raconter une histoire*”.

Uma história, muito bem contada e extremamente bem fundamentada, é o que se encontra nesse livro, cuja contribuição central – para além do deleite intelectual que proporciona a partir de apreciações de inteligência singular e capacidade de mobilização de informações digna dos grandes prosadores contemporâneos – é a inteligibilidade que confere à história que conta. Inteligibilidade essa que, ao final das contas, é o único fator que realmente interessa.

Nota

I Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor-pesquisador no *CERI-Sciences Po* de Paris. e-mail: daniel.afonso66@hotmail.com

Referência bibliográfica:

NOUZILLE, Vincent. **Les dossiers de la CIA sur la France – 1981-2010**: dans le secret des présidents. Nouvelle édition revue et augmentée. Paris: Pluriel, 2012. 864p.